

Transmissora
Matogrossense de
Energia S.A. - TME

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME
Cuiabá – MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora Matogrossense de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pela demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO			
<u>CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.831	8.223
Títulos e valores mobiliários	6	7.457	8.319
Contas a receber ativo financeiro	7	59.750	48.676
Outros ativos		4.903	4.158
		78.941	69.376
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Contas a receber ativo financeiro	7	336.880	322.114
Depósitos judiciais		42	190
TOTAL DO ATIVO		415.863	391.680
PASSIVO			
<u>CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	8	13.273	13.279
Fornecedores	10	428	10.309
Partes relacionadas - Dividendos	16.2	36.529	15.784
Encargos regulatórios		1.877	1.353
Outros passivos		2.405	2.635
		54.512	43.360
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	8	109.784	121.727
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	36.594	30.379
Outros passivos		708	637
		147.086	152.743
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social	12.1	109.194	97.794
Reservas de lucros		105.071	96.640
Dividendos adicionais propostos		-	1.143
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		415.863	391.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	70.564	75.247
CUSTO OPERACIONAIS			
Pessoal		(3.373)	(2.961)
Material		(260)	(235)
Serviços de terceiros		(966)	(877)
Outros		(697)	(412)
Custo de infraestrutura		(12.538)	(25.881)
		(17.834)	(30.366)
LUCRO BRUTO		52.730	44.881
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal e administradores		(1.449)	(1.353)
Material		(26)	(9)
Serviços de terceiros		(265)	(371)
Outros		(160)	(236)
		(1.900)	(1.969)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		50.830	42.912
Despesas financeiras	14	(12.429)	(13.481)
Receitas financeiras	14	1.624	2.765
		(10.805)	(10.716)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		40.025	32.196
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(1.778)	(2.275)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(6.215)	(4.875)
		(7.993)	(7.150)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		32.032	25.046
Lucro líquido por ação básico e diluído - R\$	12.1	0,32755	0,25611
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		109.194	97.794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	32.032	25.046
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>32.032</u>	<u>25.046</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	Capital social	(-) Capital a integralizar	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reserva de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2015		97.794	-	5.115	2.700	69.727	1.143	-	176.479
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	25.046	25.046
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	12.2	-	-	1.252	-	-	-	(1.252)	-
Reserva de lucros	12.2	-	-	-	-	15.169	-	(15.169)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12.2	-	-	-	-	-	-	(5.948)	(5.948)
Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	2.677	-	-	(2.677)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		97.794	-	6.367	5.377	84.896	1.143	-	195.577
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	32.032	32.032
Aumento de capital		12.000	(600)	-	-	-	-	-	11.400
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	12.2	-	-	1.602	-	-	-	(1.602)	-
Reserva de lucros	12.2	-	-	-	-	19.107	-	(19.107)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12.2	-	-	-	-	-	-	(6.370)	(6.370)
Dividendos adicionais propostos excedentes ao mínimo obrigatório		-	-	-	-	(17.231)	(1.143)	-	(18.374)
Reserva de incentivos fiscais	12.2	-	-	-	4.953	-	-	(4.953)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		109.794	(600)	7.969	10.330	86.772	-	-	214.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	40.025	32.196
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
Juros e variações monetárias	12.034	13.268
Receita de aplicações financeiras	(750)	(1.132)
Descontos financeiros obtidos	(199)	(2)
	51.110	44.330
(Aumento) no ativo		
Contas a receber ativo financeiro	(25.840)	(37.386)
Outros ativos	64	(593)
	(25.776)	(37.979)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(9.682)	9.585
Encargos regulatórios	405	115
Outros passivos	(841)	(1.144)
	(10.118)	8.556
Imposto de renda e contribuição social, pagos	(1.795)	(1.161)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	13.421	13.746
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgates de títulos e valores mobiliários (aplicações financeiras)	9.155	2.524
Aplicações em investimentos (aplicações financeiras)	(7.543)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	1.612	2.524
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	11.400	-
Pagamentos de dividendos	(4.000)	-
Amortização de principal e pagamento de juros do financiamento	(23.825)	(24.203)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(16.425)	(24.203)
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(1.392)	(7.933)
Demonstração da redução em caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	8.223	16.156
Saldo no final do exercício	6.831	8.223
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(1.392)	(7.933)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações Gerais

A Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (“Companhia” ou “TME”) foi constituída em 02 de julho de 2009 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, com sede na Avenida Miguel Sutil, nº 8.695, 2º andar, conjunto 2, sala 1 - parte, Bairro Duque de Caxias, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso, CEP: 78040-365 MT, e tem por objeto planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

Concessão de linha de transmissão

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 023/2009 - ANEEL, de 19 de novembro de 2009, foi outorgada à Companhia pela União, a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste no desenvolvimento de infraestrutura, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela Linha de Transmissão em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 348 km, com origem na Subestação Jauru, localizada no Estado de Mato Grosso e término na Subestação Cuiabá, localizada no Estado de Mato Grosso, pela Subestação Jauru em 500/230 kV - 750 MVA.

A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o pagamento de Receita Anual Permitida (RAP), desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão.

Em 22 de novembro de 2011, entraram em operação comercial a citada linha de transmissão e a respectiva subestação.

Em 26 de maio de 2015, por meio da Resolução Autorizativa Nº 5.240, a Companhia foi autorizada a implantar reforços em suas instalações de transmissão, implantando o segundo banco de autotransformadores em 500/230 kV - 3X250 MVA na SE Jauru, o qual entrou em operação em 03 de fevereiro de 2017.

A Receita Anual Permitida - RAP, conforme Resolução Homologatória nº 2.258 de 30 de maio de 2017 é de R\$ 50.104 para o ciclo de 2017/2018.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

A Companhia opera exclusivamente no segmento de transmissão de energia elétrica.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Diretoria autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 31 de janeiro de 2018.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro está inclusa na nota explicativa nº 7.

3 Sumário das práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados como “valor justo por meio do resultado”.

3.1.2 Contas a receber ativo financeiro

As Contas a receber ativo financeiro são classificadas em duas categorias: a parte recuperada por meio da Receita Anual Permitida - RAP como “ativos financeiros pelo custo amortizado” e a parte recuperada pela indenização no final da concessão como “valor justo por meio do resultado”.

3.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 31 de dezembro de 2017 a administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3.1.4 Ativo financeiro de concessão

De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a serem reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato.

O modelo do ativo financeiro é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao valor justo.

3.1.5 Baixa de ativo financeiro de concessão

A Companhia baixa seu ativo financeiro quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.1.6 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.2 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.3 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.4 Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5 Tributação

3.5.1 Imposto sobre a receita

As receitas de transmissão estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS), a 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a 7,60%. Esses tributos são deduzidos das receitas de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.5.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes

O Imposto de renda (IR) e a Contribuição social (CSL) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2024, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

3.5.3 Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgada na data do balanço.

3.6 Taxas regulamentares

3.6.1 Reserva Global de Reversão

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,6% da Receita Anual Permitida - RAP.

3.6.2 *Programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (FNDCT) e empresa de pesquisa energética (EPE)*

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua RAP líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante a rubrica encargos regulatórios, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.6.3 *Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)*

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,4% da RAP.

3.7 *Ajuste a valor presente de ativos e passivos*

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

3.8 *Dividendos*

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

3.9 *Reconhecimento da receita de transmissão de energia elétrica*

A receita de transmissão inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia:

3.9.1 *Receita de infraestrutura*

A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do exercício. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro neste tipo de atividade.

3.9.2 *Receita de remuneração dos ativos da concessão*

Corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

3.9.3 **Receita de operação e manutenção**

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.9.4 **Receita de juros**

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.10 **Lucro por ação**

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3.11 **Demonstração dos fluxos de caixa**

A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4 **Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC**

Novas normas, alterações e interpretações de normas

Uma série de novas normas ou pronunciamentos serão efetivos para exercícios após a data destas demonstrações contábeis, sendo que a Companhia não as adotou na preparação destas demonstrações contábeis e não planejam adotá-los de forma antecipada.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	Refere-se ao projeto de substituição do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à convergência do IASB sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia avaliou a aplicação dos pronunciamentos técnicos CPC 47, 48 e 06 (R2) e concluiu que não há impactos sobre os saldos reportados anteriormente.

5 **Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2017	31/12/2016
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>		
Numerário disponível	1.894	6
Certificados de depósitos bancários	4.937	8.217
	<u>6.831</u>	<u>8.223</u>

Os certificados de depósitos bancários foram remunerados, em média, a 93,00% do CDI em 31 de dezembro de 2017, comparado a 94,95% do CDI em 31 de dezembro de 2016.

6 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui garantias constituídas no montante de R\$ 7.457 (R\$ 8.319 em 31 de dezembro de 2016), conforme definido nos contratos de empréstimo do BNDES e do Banco do Brasil - FCO. Estas garantias consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e foram remuneradas em média a 96,00% do CDI em 31 de dezembro de 2017 e 99,00% em 31 de dezembro de 2016.

7 Contas a receber ativo financeiro

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação das contas a receber ativo financeiro

Saldo em 31 de dezembro de 2015	332.713
Receita de operação e manutenção (nota 13)	6.546
Remuneração das contas a receber ativo financeiro (nota 13)	48.731
Receita de infra-estrutura (nota 13)	25.881
Recuperação das contas a receber ativo financeiro (baixa)	(43.081)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	370.790
Receita de operação e manutenção (nota 13)	7.454
Remuneração das contas a receber ativo financeiro (nota 13)	57.387
Receita de infra-estrutura (nota 13)	12.538
Recuperação das contas a receber ativo financeiro (baixa)	(51.539)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	396.630
Contas a receber ativo financeiro - circulante	59.750
Contas a receber ativo financeiro - não circulante	336.880
	396.630

8 Empréstimos e financiamentos

a. O saldo de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante					Não circulante			
			Encargos	Principal	Custo a amortizar	31/12/2017	31/12/2016	Principal	Custo a amortizar	31/12/2017	31/12/2016
Banco do Brasil - FCO (I)	01/02/2029	Juros 10,00%	537	6.154	-	6.691	6.741	62.564	-	62.564	68.718
BNDES (II)	15/05/2026	TJLP + 3,60%	220	6.413	(51)	6.582	6.538	47.594	(374)	47.220	53.009
			<u>757</u>	<u>12.567</u>	<u>(51)</u>	<u>13.273</u>	<u>13.279</u>	<u>110.158</u>	<u>(374)</u>	<u>109.784</u>	<u>121.727</u>

- (I) Empréstimo junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 80.000, captado em 28 de fevereiro de 2011 e com vencimento para 01 de fevereiro de 2029. Este empréstimo está sujeito a incidência de juros de 10% ao ano, com bônus de adimplência de 15%, desde que as prestações da dívida sejam pagas integralmente até a data do respectivo vencimento.
- (II) Em fevereiro de 2012 a Companhia captou junto ao BNDES o montante R\$ 87.300, liberado em 15 de maio de 2012 e com vencimento em 15 de maio de 2026. Está sujeito ao encargo da variação da TJLP, acrescido de 3,60% a.a., e tem como garantia o penhor total das ações de emissão da Companhia e o penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 023/2009. Este contrato possui cláusulas restritivas relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA que devem ser calculados anualmente, os quais a Administração da Companhia mantém o acompanhamento. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida. Em 31 de dezembro de 2017 os índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia.

b. Em 31 de dezembro de 2017, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
Banco do Brasil - FCO	6.154	6.154	6.154	6.154	6.154	31.793	62.563
BNDES	6.414	6.414	6.414	6.414	6.414	15.525	47.595
BNDES - custo de captação	(51)	(51)	(51)	(51)	(51)	(119)	(374)
	<u>12.517</u>	<u>12.517</u>	<u>12.517</u>	<u>12.517</u>	<u>12.517</u>	<u>47.199</u>	<u>109.784</u>

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - contratos de concessão. Os cálculos projetados da provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos foram realizados considerando essa mesma premissa, onde a usufruirão do benefício se dará nos próximos 7 anos de concessão, e no restante do período até o final da concessão foi utilizado a premissa do cálculo com a alíquota nominal de 25% para imposto de renda.

Além da premissa descrita acima, a Companhia também efetuou os ajustes decorrentes da adoção da Lei 12.973 e IN 1515 e projetou o cálculo do art. 69, conforme previsto na legislação.

	31/12/2017		31/12/2016	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
Base de cálculo	131.866	131.866	111.758	111.758
Imposto diferido - base de cálculo (1)	87.911	131.866	71.119	111.758
Imposto diferido - base de cálculo incentivada	43.955	-	40.639	-
Alíquota efetiva (1)	25%	9%	25%	9%
Alíquota incentivada	6%	0%	6%	0%
Total tributo alíquota efetiva (1)	21.979	11.868	17.781	10.058
Total tributo alíquota incentivada	2.747	-	2.540	-
Total IRPJ e CSLL diferido	24.726	11.868	20.321	10.058
		33.847		27.839
		2.747		2.540
		36.594		30.379

- (1) Art. 69. No caso de contrato de concessão de serviços públicos, o contribuinte deverá:
- I calcular o resultado tributável acumulado até 31 de dezembro de 2013, para os optantes conforme o art. 75, ou até 31 de dezembro de 2014, para os não optantes, considerados os métodos e critérios vigentes em 31 de dezembro de 2007;
 - II Calcular o resultado tributável acumulado até 31 de dezembro de 2013, para os optantes conforme o art. 75, ou até 31 de dezembro de 2014, para os não optantes, consideradas as disposições desta Lei e da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

a. A movimentação do imposto diferido se deu conforme a seguir:

	Lucro Real			Lucro Real	
	2015	Adições	2016	Adições	2017
Imposto de renda diferido	16.895	3.425	20.320	4.405	24.725
Contribuição social diferida	8.609	1.450	10.059	1.810	11.869
	25.504	4.875	30.379	6.215	36.594

10 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui respectivamente os saldos de R\$ 428 e R\$ 10.309 em fornecedores. Do saldo em 31 de dezembro de 2016, R\$ 10.175 refere-se aos fornecedores ligados a implantação dos reforços nas instalações de transmissão, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, que foram pagos em 2017.

11 Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui um processo tributário proposto pelo Município de Jauru, visando a exigência de créditos tributários de ISS. Com base na opinião dos assessores jurídicos esse processo está classificado como possível de perda, com valor em risco aproximado de R\$ 1.217. A Companhia possui também um processo trabalhista e outro cível no montante de R\$ 142 e R\$ 130, respectivamente, ambos classificados como possível de perda.

12 Patrimônio líquido

12.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 109.194 composto por 109.793.590 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito da Companhia foi de R\$ 97.794 composta por 97.793.590 ações ordinárias.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é, respectivamente, a seguinte:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimentos S/A	50.505.051	46,00	44.985.051	46,00
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte	53.798.859	49,00	47.918.859	49,00
Mavi Engenharia e Construções Ltda.	5.489.680	5,00	4.889.680	5,00
Total das ações	109.793.590	100,00	97.793.590	100,00

12.2 Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social somado ao valor total das reservas.

Destinação do resultado	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	32.032	25.046
Constituição de reserva legal (5%)	(1.602)	(1.252)
Incentivo fiscal	(4.953)	(2.677)
Subtotal	25.477	21.117
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(6.370)	(5.948)
Reserva de lucros	(19.107)	(15.169)
Saldo de lucros acumulados	-	-

13 Receita operacional líquida

	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional bruta	77.379	81.158
Receita de transmissão de energia (nota 7)	7.454	6.546
Remuneração das contas a receber ativo financeiro (nota 7)	57.387	48.731
Receita de infra-estrutura (nota 7)	12.538	25.881
Deduções da receita operacional	(6.815)	(5.911)
Programa de Integração Social - PIS	(844)	(747)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(3.886)	(3.442)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(1.401)	(1.156)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(468)	(388)
Taxa de fiscalização	(216)	(178)
Receita operacional líquida	70.564	75.247

14 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras	1.624	2.765
Receita de aplicações financeiras	1.298	2.665
Outros	326	100
Despesas financeiras	(12.429)	(13.481)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(11.265)	(12.124)
Outros	(1.164)	(1.357)
Total líquido	(10.805)	(10.716)

15 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2017		31/12/2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Tributos correntes lucro real:				
Lucro societário antes do IR e CS	40.025	40.025	32.196	32.196
Ativo Financeiro Realizado artigo 84	37.279	37.279	30.908	30.908
Receita Remuneração da Concessão - Art. 84 inciso I IN 1515/14	(57.387)	(57.387)	(48.731)	(48.731)
(+) Outros	(12)	(162)	373	373
Base de cálculo	19.905	19.755	14.746	14.746
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
	(4.952)	(1.778)	(3.663)	(1.327)
Lei Rouanet (-) 1%	-	-	22	-
CSLL s/ Recebimentos de Faturamento	-	-	-	7
Art. 69 Lei 12.973	-	-	8	-
Incentivo fiscal SUDAM	4.952	-	2.678	-
Total dos tributos correntes	-	(1.778)	(955)	(1.320)
Total dos tributos diferidos	(4.405)	(1.810)	(3.425)	(1.450)
Despesa total com tributos	(4.405)	(3.588)	(4.380)	(2.770)
Alíquota efetiva	19,97%		22,21%	

16 Partes relacionadas

16.1 Remuneração da alta administração

Em conformidade com o CPC 5 (R1), a Administração identificou como parte relacionada a remuneração da diretoria e conselho de administração cujos valores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi de R\$ 862 e R\$ 494, respectivamente, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

16.2 Dividendos

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2017 os valores de dividendos mínimos obrigatórios distribuídos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016, 2015, 2014 e 2013, totalizando R\$ 36.529.

17 Instrumentos financeiros

17.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

17.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber ativo financeiro e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber ativo financeiro como ativos financeiros pelo custo amortizado (parte recuperada por meio da RAP) e valor justo por meio do resultado (parte recuperada pela indenização no final da concessão), e fornecedores como outros passivos financeiros.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

- (i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.
- (ii) FCO Banco do Brasil: como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro;

17.3 Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II**- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível III**- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia classificou como nível I os saldos de equivalentes de caixa e como Nível II o ativo financeiro e os títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras vinculadas ao CDI, que estão em equivalentes de caixa.

17.4 Análise de Sensibilidade

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos de taxa de juros relacionadas aos instrumentos financeiros (Caixa e equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários são remunerados pelo CDI, e Empréstimos e Financiamentos, atualizados pela TJLP) portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

17.5 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

17.5.1 Risco de crédito

a. Contas a receber ativo financeiro

Risco de crédito - A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 794 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que à Companhia as contas a receber são garantidas pelo ONS.

17.5.2 Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

17.5.3 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

17.5.4 Risco de taxas de juros

A atualização dos contratos de financiamento está vinculada a variação do CDI e TJLP.

17.5.5 Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

17.6 Risco operacional

17.6.1 Risco de interrupção do serviço

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita a redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

17.6.2 Risco técnico

A infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

18 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte e vale refeição. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui quaisquer passivo atuarial decorrente dos benefícios oferecidos aos seus empregados.

* * *

João Eduardo Greco Pinheiro
Diretor Administrativo Financeiro

Raul Fernando Ferreira
Diretor Técnico

Patrícia Nalini Savio Ferreira
Contadora - CRC 1SP237063/O-2